

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO NO RIO DE JANEIRO DOS MEGA EVENTOS

SESSÃO TEMÁTICA: NOVAS FRONTEIRAS E NOVOS PACTOS PARA PESQUISAS E
PROJETOS SITUADOS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL

Thalita Pereira da Fonseca
PROARQ/FAU/UFRJ
tpfonseca@globocom.com

Niuxa Dias Drago
DHT/FAU/UFRJ
niuxadrigo@gmail.com

A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO NO RIO DE JANEIRO DOS MEGA EVENTOS

RESUMO

Neste trabalho, buscamos mapear algumas das ações da sociedade civil em defesa do patrimônio natural e construído do Rio de Janeiro, no contexto das reformas empreendidas para a Copa de Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Tivemos por base o dossiê do 'Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro', de junho de 2014, que inclui uma sessão sobre as violações ao patrimônio, entre elas a ausência de estudos de impacto, o desrespeito a áreas de proteção e a mudança de legislação com propósito de dar andamento às obras. Neste levantamento foram considerados, além do impacto provocado pelos equipamentos esportivos em si, as inúmeras obras de reestruturação e infraestrutura urbana, como nos casos da Praça Mauá e da Praça XV, tomadas por trabalhos de instalação do VLT e túnel subterrâneo, e da intervenção realizada na zona portuária para implementação do 'Porto Maravilha'. Nestes locais, as entranhas da cidade estiveram à mostra, revelando antigos calçamentos, traçados viários, trilhos e vestígios da cidade colonial, que aguçaram o interesse dos habitantes, mas para cujas descobertas não houve qualquer plano de preservação. Iniciativas populares, como o grupo 'S.O.S. Patrimônio' ou os movimentos 'Ocupa Marina' e 'Ocupa Golfe' buscaram chamar a atenção das mídias e dos órgãos responsáveis para as revelações arqueológicas da área central, e das destruições das áreas de preservação do Aterro do Flamengo e da APA Marapendi. Todos esses movimentos, organizados espontaneamente pela sociedade civil, ampliam a participação popular e tornam-se imprescindíveis instrumentos de discussão com grande poder na formação de documentação patrimonial e de pressão legal para preservação. Este trabalho pretende entender como tais iniciativas permitem ampliar a dimensão patrimonial no meio de operações urbanas consorciadas, ambiente hostil a esta perspectiva de apropriação e discussão.

Palavras-chave: Mega eventos. Rio de Janeiro. Patrimônio.

THE HERITAGE MATTER IN RIO DE JANEIRO OF MEGA EVENTS

ABSTRACT

In this paper, we mapped some civil society actions defending natural and architectural heritage in Rio de Janeiro, in the middle of the renovation launched for the 2014 Fifa World Cup and the 2016 Olympic Games. Our research is based on the dossier from the 'Communal Committee for World Cup and Olympic Games in Rio de Janeiro', published in June 2014, including a hole session of violations of heritage that mentions the absence of impact studies, the disrespect with protected areas and the law changes in order to make the renovation works progress. In this paper, besides the impact provoked by the sportive equipments themselves, we considered the uncountable urban renovation works, as the ones occurred in Mauá Square and XV de Novembro Square - transformed by the implementation of the LRV system and an underground tunnel – and another one occurred in the harbor place, the Porto Maravilha project. All these places revealed old pavements and routes, and rails and traces from the colonial city, that called attention of the citizens, but unfortunately none had been done, as a preservation master plan. Communal initiatives, as the S.O.S. Patrimônio group (S.O.S. Heritage) or the movements Ocupa Marina (Occupy Marina) and Ocupa Golfe (Occupy Golf) tried to call media and public agencies attention to Downtown archaeological finds and to the devastation of the protected areas of Aterro do Flamengo and APA Marapendi. All of these movements, spontaneously organized by civil society, enlarge the people engagement and become necessary tools of discussion with a huge influence in the construction of a heritage documentation and legal pressure for heritage protection. This article intends to understand how initiatives like these allow the increase of the heritage discussion inside urban intercropped interventions, generally a hostile space for this kind of appropriation and discussions.

Keywords: Mega Events. Rio de Janeiro. Heritage.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Rio de Janeiro tem sido palco de megaeventos esportivos, como os Jogos Panamericanos (2007), os Jogos Mundiais Militares (2011), a Copa do Mundo (2014), e culminando com as Olimpíadas de 2016. Para tal, sua estrutura tem sofrido grandes transformações com impacto em diversas esferas da vida urbana. Para acompanhar tais mudanças durante os projetos da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, um grupo de associações civis, estudiosos, acadêmicos e movimentos populares formou o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, que publicou em junho de 2014 um dossiê sobre megaeventos e violações de direitos humanos na cidade.¹

O dossiê inclui as questões de remoções de moradias, mobilidade urbana, condições de trabalho nas obras, violação do direito ao trabalho no entorno dos estádios, e episódios diversos de autoritarismo, sonegação de informações, gentrificação e vedação à participação popular nas decisões sobre o espaço comum da cidade, além de acompanhar a questão orçamentária. A primeira versão do dossiê trata das violações ao patrimônio, que incluem a ausência de estudos de impacto, o desrespeito a áreas de proteção e a mudança de legislação com o propósito de dar andamento a obras.

Além do impacto provocado pelos equipamentos esportivos em si, há de se considerar as consequências das obras de reestruturação e infraestrutura urbana de alcance metropolitano, muitas de cunho viário, que vêm sendo empreendidas para permitir ou melhorar a circulação entre os Polos Olímpicos. Apesar do impacto ao patrimônio não poder ser totalmente avaliado, pois ainda há obras em andamento, é possível destacar, por exemplo, o aterramento de parte protegida da Lagoa de Jacarepaguá por obras de um dos novos eixos viários, a Transcarioca, conforme denunciado no referido dossiê.

Outros exemplos são as litorâneas Praça Mauá e Praça XV de Novembro, que conhecem obras de embelezamento e circulação, com instalação do veículo leve sobre trilhos (VLT) e escavação de túneis para automóveis. Pode-se contar, ainda, a intervenção realizada na zona portuária para implementação do projeto 'Porto Maravilha'. A região é o local por onde chegaram colonos, escravos e produtos desde os tempos coloniais, e conheceu inúmeros aterros. As áreas de aterro têm especial interesse arqueológico, visto serem formadas por sucessivas camadas de entulho e lixo doméstico em meio ao aterramento, constituindo fontes inestimáveis de informação sobre o modo de vida das sociedades; ou ainda o aterramento de

¹ Dossiê na íntegra disponível em https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf e versão atualizada em novembro de 2014 disponível em https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/11/ancop_dossie2014_web.pdf

restos humanos, como no Cais do Valongo, onde eram lançados os corpos dos africanos escravizados que não resistiam à travessia Atlântica. As descobertas feitas durante as obras atuais juntam-se a um acervo que, desde 1996, suscitara a criação do Instituto Pretos Novos. Este, sem apoio financeiro da Prefeitura, mantém um espaço de exposição com alguns dos resquícios arqueológicos da região.

A velocidade exigida das obras roubou dos cariocas a oportunidade de visitar, discutir e registrar o passado da cidade, perdendo-se um momento único de contato com a história e reflexão sobre o futuro. Por alguns meses, as entranhas do Rio de Janeiro estiveram à mostra, revelando antigos calçamentos, traçados viários, trilhos e vestígios da cidade colonial mas, infelizmente, estes resquícios não chegaram a figurar no cenário da cidade, tendo voltado rapidamente ao subsolo, como é o caso do antigo chafariz do Largo do Moura. Construído em 1794 pelo Conde de Rezende no largo localizado ao pé do Morro do Castelo, o chafariz e o antigo quebra-mar foram alcançados pelas escavações (figura 1) mas não despertaram o interesse das autoridades, preocupadas em dar por finalizadas as obras na região da Praça XV.²



Figura 1 – Escavações na região do antigo Largo do Moura. Praça XV de Novembro.
Fonte: Niuxa Drago, setembro 2015.

A pressão sofrida por arqueólogos e historiadores para trabalharem com grande celeridade foi pontualmente amenizada pelo resultado de algumas iniciativas populares. Entre elas o grupo ‘S.O.S. Patrimônio’, na rede social *Facebook*, que vem compartilhando centenas de fotos das recentes obras e que organizou um abaixo assinado que culminou no projeto de preservação

² Não se sabe ao certo a data de demolição do Chafariz do Largo do Moura, apenas que é anterior ao século XX.

do antigo calçamento pé de moleque na Rua da Constituição³; ou a ação do Núcleo de Arqueologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que conseguiu recolher e abrigar uma enorme quantidade de vestígios. Em meio ao 'paroxismo urbano' vivido pela cidade nos últimos anos, a defesa da memória foi um sentimento crescente. Segundo Le Goff (1990), o vínculo estabelecido pela memória se torna afetivo, possibilitando que a população passe a se enxergar como "sujeitos da história", e sentir que, assim como direitos, possui também deveres para com sua localidade.

O Rio de Janeiro, sujeito de sua própria história, tem se mostrado capaz de atualizar o passado de forma simbólica, a partir não apenas das iniciativas populares para a proteção dos monumentos construídos. Recentemente, atenta aos impulsos da especulação imobiliária, a população removida cunhou uma releitura da marca deixada na porta dos imóveis condenados à demolição. A inscrição "SMH" feita nos dias atuais pela Secretaria Municipal de Habitação, retoma a interpretação do início do século XIX, quando as iniciais de "Príncipe Regente" eram pintadas nas portas das casas confiscadas para abrigar os membros da Corte recém-chegada. Antes interpretadas pela população como "Ponha-se na Rua", no Rio dos grandes eventos lê-se SMH como "Saia do Morro Hoje". A própria cidade, feita monumento em suas dinâmicas dimensões, ativa a memória de sua história urbana.

Diante dos inúmeros protestos relativos à falta de divulgação das descobertas arqueológicas, a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciou que ofereceria à cidade, no começo deste ano, um "museu virtual" com o mapeamento do subsolo (Brito, 2015). O suposto museu, ainda não divulgado, seria o segundo na cidade – depois do Museu do Amanhã – de acervo inteiramente virtual, sendo este um conceito que precisa urgentemente ser debatido pelos meios de preservação no Brasil.

Esse artigo pretende apontar o impacto dos equipamentos implantados sobre o patrimônio construído da cidade, e as iniciativas populares surgidas na tentativa de amenizar as perdas e violações inseridas nesse contexto de desmantelamento do repertório histórico-arquitetônico carioca. Entre provisórios e adaptados, os equipamentos olímpicos somam um total de dezoito e ao menos seis são acusados de degradar bens patrimoniais protegidos em alguma das instâncias federativas do Brasil.

³ Infelizmente, ao perceber a movimentação em prol da preservação do calçamento, a empreiteira acelerou a obra e, antes que a lei entrasse em vigor, tornou a soterrar o antigo calçamento e instalou os trilhos do VLT.

2. A ORGANIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016

A cidade foi zoneada em quatro núcleos geográficos pelo Comitê Olímpico Brasileiro, para receber as instalações esportivas dos Jogos de 2016: o Polo Barra, o Polo Copacabana, o Polo Maracanã e o Polo Deodoro (figura 2).



Figura 2 – Mapa dos Polos Olímpicos. Fonte: Portal oficial das Olimpíadas de 2016 <<http://www.rio2016.com/mapa-de-instalacoes>>, acesso em Outubro de 2015

O Polo Barra localiza-se na Zona Oeste da cidade e é a principal região de atividades olímpicas, concentrando a maior parte dos jogos e os alojamentos de atletas, comissões e imprensa. A região inclui uma faixa litorânea espremida entre o mar e a zona de manguezais da Lagoa de Marapendi e Jacarepaguá - que foi urbanizada segundo plano diretor de Lúcio Costa -, e uma região entre as lagoas e os maciços da Tijuca e da Pedra Branca. Esta última vem sendo o vetor principal de crescimento imobiliário na cidade, com a construção de grandes condomínios, em conjunto com a extensão dos transportes públicos, empreendido pela Prefeitura. Neste polo convergem duas linhas expressas de ônibus articulados (os BRTs) criadas dentro do plano de mobilidade para os jogos: a Transoeste e a Transcarioca. Além destas, a via expressa Transolímpica está sendo contruída para ligar o Polo da Barra ao Polo de Deodoro.

O Polo Copacabana, na região sul da cidade, local completamente adensado, abrange não apenas o bairro de Copacabana, que receberá apenas equipamentos temporários na praia, mas estende-se a outros bairros que terão espaços reabilitados para competições, como o Estádio de Remo, na Lagoa Rodrigo de Freitas, e a Marina da Glória, no Aterro do Flamengo.

Estes últimos são protegidos por leis patrimoniais e ambientais, além de integrarem o relatório de tombamento da cidade pela UNESCO, não podendo sofrer transformações em suas massas constituintes sem parecer oficial. As intervenções nesses espaços estão, pois, dentre as mais polêmicas.

O Polo Maracanã fica na Zona Norte da cidade, englobando o complexo do Maracanã - Estádio Mário Filho, Ginásio Gilberto Cardoso (o Maracanãzinho), Parque Aquático Júlio Delamare e Pista de Atletismo Célio de Barros -, o Estádio Olímpico – que foi construído para os Jogos Panamericanos de 2007 e é popularmente conhecido como Engenhão, por localizar-se no bairro do Engenho de Dentro -, e o Sambódromo, localizado entre os bairros do Estácio e Catumbi, e cujo projeto, de autoria de Oscar Niemeyer, permanecia incompleto em função do tombamento da edificação anexa que abrigava antiga fábrica de bebidas.

O Polo Deodoro, também localizado na Zona Oeste da cidade, foi por muito tempo o final da expansão territorial por linhas férreas ao interior do município, e conta, ainda hoje, com uma das maiores estações de trem do subúrbio, a partir de onde se pode baldear para o restante da Zona Oeste e para a Baixada Fluminense. Com grandes áreas de propriedade do Exército e zonas ainda pouco densas, a Prefeitura pretende dar-lhe novo impulso imobiliário com a implantação das vias expressas Transcarioca e Transolímpica. Pela interdição de acesso às obras, este trabalho não tratará do Polo Deodoro.

2.1 O POLO MARACANÃ

O processo de tombamento federal do estádio do Maracanã, que havia sido interrompido, foi retomado no ano 2000 em função das obras para a final do Campeonato Mundial da FIFA. Sua forma já havia sido parcialmente alterada com colocação de cadeiras e camarotes sobre a arquibancada e, mesmo se tratando de intervenção reversível, optou-se por não inseri-lo no Livro do Tombo das Belas Artes mas, antes, inscrevê-lo no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.⁴ Com a demolição da marquise de concreto armado, responsável pela identidade visual do estádio e sua ambiência interna, inclusive sonora, comprometendo seu valor paisagístico, o Ministério Público Federal do Rio (MPF) impetrou ação pedindo a reconstituição da mesma. No entanto, argumentando que o tombamento tinha valor apenas etnográfico, o que deixaria em aberto a interpretação sobre a manutenção do objeto arquitetônico, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) insistiu na legitimidade da obra. Com o argumento de que o laudo técnico indicava grave corrosão na

⁴ O Estádio foi tombado pelo IPHAN em 20 de dezembro de 2000, e está inscrito no n.125 do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Processo 1094-T-83.

armação da marquise, a Justiça Federal negou o pedido do MPF e autorizou a demolição.⁵ Para Claudia Girão, uma das responsáveis pelo processo de tombamento, é impossível separar o valor simbólico de seu suporte material:

(...) tomba-se pelo valor simbólico reconhecido no bem cultural, e protege-se o objeto material, pois é ele que o representa, e deve ser preservada sua integridade física e formal para que continue a representá-lo em boas condições de conservação e com autenticidade. Sendo tal objeto uma construção, isto significa dizer que suas características arquitetônicas e artísticas, os testemunhos materiais de sua história (trajetória histórico-cultural) e suas condições de ambiência e visibilidade devem ser preservados, seja qual for o Livro do Tombo em que for inscrito. (Girão, 2011,3)



Figura 3 – Vista aérea do complexo do Maracanã: o estádio, com a nova cobertura tensionada, a cúpula da arena Maracanãzinho (à direita). No canto superior esquerdo, parte da área verde da Quinta da Boa Vista, separada do complexo pela linha férrea.

Fonte: Niuxa Drago, junho de 2014.

O projeto de reforma do estádio e de reurbanização de seu entorno, no âmbito da preparação para a Copa, previa a manutenção do funcionamento de todo o complexo esportivo: estádio, parque aquático, estádio de atletismo e arena do Maracanãzinho. Além disso, fazem parte do complexo a Escola Municipal Arthur Friedenreich, e o prédio histórico do antigo Museu do Índio. (figura 3)

⁵ “Justiça Federal autoriza demolição da marquise do Maracanã”. Portal G1. 09/08/2011. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/08/justica-federal-autoriza-demolicao-de-marquise-do-maracana.html> consulta em 27/05/2016.

O projeto previa ainda a ligação do complexo ao Parque da Quinta da Boa Vista, localizado no bairro histórico de São Cristóvão e local de residência da família Real Portuguesa quando à época de sua fixação no Rio de Janeiro no início do século XIX. O parque, hoje, é uma importante área cultural e de lazer, que se encontra separada do complexo esportivo pela linha férrea. A ligação dessas duas áreas dar-se-ia por uma passarela larga e arborizada (espécie de praça suspensa, chamada de ‘praçarela’, conforme a figura 4) que partiria do entorno do estádio e alcançaria o outro lado da linha férrea, em local ocupado pela antiga Cavalaria Imperial, hoje pertencente ao Exército Brasileiro.

O projeto foi bem recebido pela comunidade, por ligar esses dois pontos de grande importância, mantendo em funcionamento todo o complexo esportivo que, consolidado ao longo dos anos, possuía função social sedimentada, servindo aos atletas, à comunidade dos bairros e a instituições educacionais do entorno, com atividades de referência médica (hidroterapia) e esportiva.



Figura 4 – Imagem da Prefeitura do Rio para divulgação do projeto de ligação entre o Maracanã e a Quinta da Boa Vista através de uma “praçarela” sobre a linha férrea. Fonte: Portal da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?id=2061330> Acesso em Outubro de 2015.

O plano mantinha preservado também o casarão imperial que abrigou o primeiro centro de pesquisa da cultura indígena do país, em 1910, criado por Marechal Rondon, transformado em Museu do Índio por Darcy Ribeiro em 1953. Desde a transferência da instituição para Botafogo, a edificação ficou abandonada e de fato apresentava-se em péssimas condições de conservação, sendo ocupada em 2006 por um pequeno grupo de indígenas de diversas

etnias, que desenvolviam atividades artísticas e produziam artesanato no local, que ficou conhecido como 'Aldeia Maracanã' (figura 5).



Figura 5 – Estádio Mário Filho, o Maracanã e, na extrema esquerda, parte da edificação que abrigou o antigo Museu do Índio. Fonte: Niuxa Drago, junho 2014.

Apesar do projeto original prever a manutenção das edificações e o tratamento paisagístico do entorno, com criação de ciclovias e áreas públicas de lazer, muito pouco foi executado. Surpreendentemente o complexo esportivo foi destombado⁶, a saber o Parque Aquático Júlio Delamare e a pista de Atletismo Célio de Barros, para viabilizar intervenções e abrir terreno para novas construções. Tratava-se da contrapartida oferecida pela Prefeitura para a terceirização da administração do Estádio. No final de 2012, a Prefeitura anunciou que a Escola Municipal Friedenreich seria transferida para outro imóvel.

A primeira grande mobilização em torno do complexo deu-se, então, pela manutenção da escola em seu local tradicional. Com manifestações na entrada do estádio e na câmara dos vereadores, para barrar o decreto de transferência, pais e alunos da escola Friedenreich deram origem a um movimento que juntou em seu bojo as corridas pela manutenção do Célio de Barros, as passeatas contra a privatização do Maracanã e contra a desocupação da Aldeia.

“(...) Os poderosos donos da bola argumentam que a escola não sofrerá o impacto, já que será transferida para um prédio novinho em folha, no bairro de São Cristovão.

Os engravatados tecnocratas do governo ignoram que um lugar não é composto apenas da matéria bruta de seus alicerces. A Escola Friedenreich, mais do que um prédio, é depositária das memórias, aspirações, anseios, sonhos, desilusões, conquistas, fracassos, alegrias e invenções da vida de inúmeras gerações que passaram por seus

⁶ Decreto municipal nº36349, de 19 de outubro de 2012.

bancos. Uma escola é, portanto, também o resultado das experiências intangíveis, matéria da memória acumulada pelas gerações de alunos e professores que ali experimentaram a aventura do conhecimento.” (Simas, 2012)

O entendimento de que tais equipamentos não cumpriam apenas uma “função”, mas que possuíam história e valor afetivo, fez com que começassem na grande Tijuca as mobilizações e a conscientização em torno do patrimônio. O processo de privatização (sob regime de concessão) do Maracanã foi o mote para as primeiras passeatas. Sob o slogan “O Maraca é Nosso” (grito comum das torcidas cariocas), várias passeatas e twitaços ocorreram, desde dezembro de 2012. A terceirização do estádio, após grandes investimentos públicos, foi confrontada e criticada por movimentos sociais, torcedores e frequentadores do complexo. Entendeu-se que o aumento do valor dos ingressos e a extinção de espaços como a “geral” estariam indo de encontro ao valor etnográfico do bem, ao mudar o perfil de seus frequentadores, o acesso a seus espaços e a mobilidade dentro do estádio. Mesmo assim, foi aprovado em 2013 um regime de concessão por 35 anos para o Consórcio Maracanã S.A., composto pelas empresas Odebrecht, AEG e a IMX, que ousou, inclusive, redefinir o local ocupado pelas tradicionais torcidas organizadas dentro do estádio.

As estruturas do Parque Aquático Julio Delamare foram preservadas e a Prefeitura anunciou que sediarão as disputas olímpicas de polo aquático, embora a obra ainda esteja inacabada e os eventos teste tenham ocorrido no novo Parque Olímpico, no Polo Barra. Já o Estádio de Atletismo Célio de Barros está com suas atividades interrompidas desde janeiro de 2013, durante as obras para a Copa do Mundo. Neste último, apenas as arquibancadas foram preservadas, tendo sido as áreas do gramado e pistas destruídas e cobertas por pó de pedra para servir de estacionamento.⁷ Apesar de promessas governamentais de reconstrução, impera a incerteza e o risco de não mais retorne ao seu funcionamento.

A edificação do antigo Museu do Índio teve sua demolição proposta pelo governo do Estado do Rio, com licença recebida pela Prefeitura, contrariando as diretrizes do projeto original contratado, o parecer emitido pelo Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural (CMPC) e ainda uma ação do MPF. A alegação era de que a demolição viabilizaria a mobilidade e o acesso ao estádio, de forma a atender à recomendação da Federação Internacional de Futebol (FIFA), organizadora do evento de 2014.

Prosseguiu-se, portanto, à reintegração de posse e consequente expulsão dos índios da Aldeia Maracanã, ação que acabou por alcançar repercussão internacional graças à intensa mobilização de movimentos sociais – ligados ou não à causa indígena -, e a atuação de

⁷ “Estádio Célio de Barros pode reabrir em 2017” O Globo. <http://oglobo.globo.com/esportes/estadio-celio-de-barros-pode-reabrir-em-2017-15502782> (Outubro, 2015).

coletivos de imprensa, como a Midia Ninja, constringendo a FIFA e o governo do Estado a que recuassem, e decidissem pela manutenção da edificação, mas criando ali o Museu Olímpico. A finalidade da edificação em nada se liga à sua proposta original e ao que defendiam seus ocupantes, mas comemora-se, ao menos, a manutenção do edifício, que no entanto permanece sem intervenções de restauração ou utilização.

O grande projeto da 'praçarella' foi abandonado e transformou-se numa passarela estreita que apenas leva o pedestre de um lado a outro, sem promover a integração de toda essa área de lazer, como pensado inicialmente. No lado de São Cristóvão, está o conjunto que abrigava o Segundo Regimento de Cavalaria de Guardas – Regimento Andrade Neves, as antigas Cavalariças Imperiais, e foi tombado pela Câmara do Rio em outubro de 2012, em meio às obras do entorno do Maracanã. No entanto, quando deu-se o tombamento, parte de sua estrutura já havia sido demolida para dar lugar à chegada da 'praçarella'. Como esta acabou tornando-se uma simples passarela, o espaço ficou vazio, transformando-se em estacionamento irregular de ônibus e área de treinamento de autoescolas. Do centro hípico, resta apenas o portão, em péssimo estado de conservação (figura 6).



Figura 6 – Portão do Antigo Centro Hípico do Exército. Fonte: Niuxa Drago, maio de 2015.

Por fim, o Polo Maracanã conta com a estrutura do Estádio Olímpico, construído no âmbito dos Jogos Panamericanos de 2007, o Engenhão, que sediará as disputas de atletismo e futebol feminino (figura 7).

A localidade tem sua história marcada por um momento de expansão da Estrada de Ferro D. Pedro II, no final do século XIX, quando foram construídas novas estações e houve a necessidade de uma nova oficina para reparos e construção dos vagões, trens e equipamentos. O terreno escolhido foi o da, então, Fazenda Engenho de Dentro que passou a abrigar o principal complexo de Oficinas de Locomoção, inaugurado em 1871.



Figura 7 – Estádio Olímpico, o Engenheiro. No centro, à esquerda, os antigos galpões do trem.
Fonte: Niuxa Drago, junho de 2014.

O local ficou abandonado por muitos anos, e em 1984 foi criado o Museu do Trem no antigo galpão de pintura de carros, que foi finalmente tombado pelo IPHAN em 2011. Por ocasião do Pan de 2007, muitos dos terrenos localizados na rua das Oficinas foram desapropriados para dar espaço à construção do Estádio Olímpico, mas o entorno manteve seu aspecto degradado, nostálgico de um passado efervescente ligado à ferrovia.

Em meio às preparações para as Olimpíadas, foram feitas obras de revitalização dessa área fronteiriça ao Estádio, com a criação de uma praça de aproximadamente quarenta mil m², a Praça do Trem, aproveitando-se da estrutura dos antigos galpões para criar uma unidade compositiva. A obra de restauro dos pavilhões está pronta, e a praça permanece cercada, sendo aberta de forma intermitente à população. Para as Olimpíadas, os cinco galpões serão utilizados como acesso e suporte ao equipamento olímpico, mas para depois do evento a Prefeitura ainda estuda como as estruturas serão utilizadas, e que equipamentos deverão ser instalados no espaço (figura 8).



Figura 8 – Imagens da Praça do Trem, com o Museu do Trem e galpões restaurados.
Fonte: Vitor Rosado, maio de 2016.

2.2 O POLO COPACABANA

O Estádio de Remo da Lagoa, inaugurado em 1951 com projeto de autoria de Benedicto de Barros, foi o primeiro estádio de remo do Brasil e guarda características da arquitetura moderna, como os pilotis em “V” e escada helicoidal em concreto. Deve sediar as competições de remo, canoagem de velocidade e paracanoagem.

Apesar de ser tombado na esfera municipal,⁸ sofreu diversas intervenções para os Jogos PanAmericanos de 2007 que em muito o descaracterizaram, como a implosão de uma das arquibancadas e o aterro dos poços de treinamento e da área de lavagem de barcos para gerar estacionamentos. A gestão do Estádio foi cedida à iniciativa privada, que alterou sua função original com a implantação de um complexo de cinemas e restaurantes (chamado *Lagoon*), uso não compatível com a estrutura original e que, portanto, acabou por fechar a parte inferior das arquibancadas e ocupar a parte superior com aparelhagem de ar condicionado, em local que deveria ser destinado aos espectadores, corroborando para descaracterizar a edificação original.

O *Lagoon* é administrado pela empresa Glen Entertainment, cujo contrato firmado com o Governo do Estado para gerir o estádio determina que a empresa fomente a prática do esporte. Os remadores, no entanto, através do movimento “SOS Estádio de Remo”, afirmam

⁸ Decreto 25237 de 12/04/2005.

que isso nunca foi feito, além de apontar que pouco a pouco a empresa vem ocupando espaços destinados às atividades esportivas.

O próprio espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas, onde acontecerão as provas, tombado pelo patrimônio municipal⁹ e elemento integrante da paisagem da cidade tombada pela UNESCO, vem sendo objeto de disputas judiciais, pois o projeto original previa a construção de uma arquibancada flutuante, provisória, com capacidade para 10 mil espectadores (figura 9). Questionado pelo Ministério Público em função de eventuais prejuízos ambientais, o Comitê Rio 2016 propôs nova solução reduzindo a capacidade para 4 mil assentos¹⁰, mas em julho de 2015 a Justiça Federal ordenou a suspensão definitiva da obra da arquibancada flutuante, e ainda não há uma definição sobre como se dará conta do número de lugares exigidos¹¹.



Figura 9 – Imagem de divulgação do projeto para o Estádio de remo da Lagoa.

Fonte: Portal oficial do Governo Federal sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/olimpiadas/instalacoes/capa-instalacoes/copacabana>. acesso em Outubro de 2015

O Polo Copacabana também conta com a Marina da Glória, onde acontecerão as regatas. Parte integrante do Aterro do Flamengo, tombado pelo IPHAN, a Marina foi cedida à exploração privada e, após vários anos de tentativas, finalmente um projeto de shopping foi aprovado, sob o pretexto de servir de apoio às competições de vela das Olimpíadas. Quase trezentas árvores foram cortadas e as obras foram iniciadas (figura 10), mas o Movimento

⁹ Decreto. 9396-90. Disponível em http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/release_lagoa_rodrigo_de_freitas.pdf (Outubro, 2015).

¹⁰ <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2015/02/rio-2016-paes-diz-que-arquibancada-flutuante-da-lagoa-sera-menor.html> (Outubro, 2015)

¹¹ <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2015/08/estadio-de-remo-esta-pronto-para-um-dos-testes-mais-importantes-para-2016.html#esporte-remo> (Outubro, 2015).

“Ocupa Marina” e a Federação das Associações de Moradores (FAM-RIO) conseguiram a paralisação das mesmas, sendo talvez possível a recomposição da cobertura verde do local.



Figura 10 – Área desmatada e rebaixada na Marina da Glória, para construção de mini-shopping.
Fonte: Niuxa Drago. Fevereiro de 2015.

Um dos blogs melhor documentados é o da Sônia Rabello, presidente da FAM-RIO, que apresenta uma carta aberta no dia 26/02/2015 contra o "Projeto de Renovação da Marina Pública". Rabello denuncia (i) não ter sido realizado Estudo de Impacto Ambiental ou de Vizinhança, sendo estes exigências do Estatuto da Cidade e da Lei Orgânica do Município; (ii) que a obra será de grande impacto em função do aumento do número de vagas para automóveis e da construção de cinco restaurantes (estruturas de caráter permanente não presentes no projeto original do parque e que, portanto, não possuem parâmetros legais que os reja); (iii) o corte de aproximadamente trezentas árvores na área do Parque, considerado área de preservação pela lei orgânica do município (art. 462); (iv) a realização de escavações sem avaliação dos lençóis, do movimento das águas da Baía e do escoamento pluvial; (v) a autorização concedida pela presidência do IPHAN em novembro de 2014, contrariando o tombamento do parque e também o parecer do Conselho Consultivo do próprio órgão, segundo o qual nenhuma edificação não prevista no projeto original poderia ser erguida (lembrando que os toldos existentes na Marina, apesar de ilegais, são elementos desmontáveis); (vi) o desrespeito ao compromisso firmado pela municipalidade com a UNESCO em seu dossiê de candidatura à Patrimônio da Humanidade, no tocante à manutenção da integridade do Parque; (vii) o andamento da contratação de obras e administração na Marina Pública, que apesar de ser alvo de ações judiciais que apontam

diversas irregularidades, não interromperam as ações que podem causar danos irreversíveis ao Parque. Por fim, Rebello cita o artigo 235 da Lei Orgânica Municipal:

“As áreas verdes, praças, parques, jardins e unidades de conservação são patrimônio público inalienável, sendo proibida sua concessão ou cessão, bem como qualquer atividade ou empreendimento público ou privado que danifique ou altere suas características originais”.

Em junho de 2015, o Movimento “Ocupa Marina” e outros coletivos conseguiram a suspensão da obra junto ao Ministério Público Federal. No dia 8 de abril deste ano, a instalação foi inaugurada, baseada em estruturas provisórias, mas a área verde não foi recomposta.

2.3 O POLO BARRA

Por se tratar de área mais nova da cidade, portanto menos adensada, a região da Barra da Tijuca se utilizará de grandes equipamentos já construídos com objetivos de megaeventos, em áreas antes sem ocupação, portanto sem prejuízo ao patrimônio arquitetônico, mas com grande prejuízo ao patrimônio natural.

Através da Lei Complementar 113 de 2012, a Prefeitura alterou a Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Marapendi para a construção do Campo de Golfe e modificou os parâmetros urbanísticos para privilegiar a iniciativa privada, que deve construir junto a ele um empreendimento imobiliário para o qual as taxas de ocupação e o gabarito foram ampliados. Cabe ressaltar também que “A região em torno da Lagoa de Marapendi – que é protegida no âmbito federal, estadual e municipal – contém cerca de 300 espécies identificadas, incluindo animais em extinção, como jacaré-de-papo-amarelo, o lagarto de praia e a jucutinga”¹² e que, apesar disso, uma área de 970 mil m² será ocupada pelo campo de golfe¹³, e sofrerá com o impacto, certamente maior, que virá do empreendimento adjacente e o grande fluxo viário e de pessoas que o acompanhará.

Na ocupação iniciada em 6 de dezembro de 2014, surgiu o movimento “Ocupa Golf”, juntando-se ao já existente “Golfe pra Quem?”, que em seu perfil do facebook se identifica da seguinte forma:

“Porque estamos ocupando o Reserva Golf? O campo de golfe, que será usado nos jogos olímpicos Rio 2016 e ocupa uma área equivalente ao bairro do Leblon fazia parte do antigo Parque Natural Municipal de Marapendi, cujos limites foram alterados pela Lei complementar

¹² <http://nextcity.org/daily/entry/rios-olympic-golf-course-will-wipe-out-a-protected-ecological-gem> (Outubro, 2015).

¹³ <http://issoe.co/1CezXWB> (Outubro, 2015).

nº 125/2013, proposta pela prefeitura especialmente para execução das obras de construção do campo. O Ministério Público já havia considerado o texto inconstitucional. Após os jogos a área será destinada a iniciativa privada que construirá um condomínio de 22 prédios de luxo cada um com 23 andares, deixando claramente exposta a intenção da iniciativa privada e da prefeitura na escolha da área: especulação imobiliária”¹⁴

De volta aos reflexos patrimoniais arquitetônicos, tem-se a construção, próximo ao Pontal, da Vila de Mídia: série de edifícios construídos na região da Lagoa de Jacarepaguá para abrigar os jornalistas que cobrirão o evento. A região da Lagoa de Jacarepaguá teve sua rede de drenagem construída na década de 1930, ao início de sua ocupação, e esta não vem recebendo manutenção apesar do desenfreado crescimento populacional da região nos últimos anos.

A construção da Vila da Mídia acontece em terreno vizinho ao Museu Casa do Pontal, edificação que serviu de residência ao holandês Jacques van der Beuque, formador da coleção do Museu, considerado um dos maiores acervos de arte popular do mundo. Ambos, a casa e a coleção, foram tombados pelo patrimônio municipal¹⁵.

Por estarem ambos os terrenos localizados em local vulnerável a enchentes, e pelo fato da Vila da Mídia ser construída¹⁶ em cota um metro superior à que se encontra implantada o Museu, a equipe deste último encomendou à COPPE/UFRJ um laudo para análise da capacidade de drenagem da área. O laudo afirma que muitos canais de drenagem da região foram aterrados pelas novas construções e outros encontram-se obstruídos¹⁷.

De fato, o empreendimento colocou em risco a casa e o acervo de oito mil peças, sendo necessária a transferência deste para novo imóvel, a ser construído em terreno na Barra, doado pela Prefeitura, após inúmeras negociações, durante as quais foi importante a manifestação dos amigos virtuais do Museu.¹⁸

O Parque Olímpico da Barra, construído sobre o antigo autódromo, também implicou em diversas contradições, como a desapropriação dos moradores da Vila Autódromo e a construção de caríssimos equipamentos temporários, que deixarão um vasto terreno

¹⁴ Parte da descrição longa do perfil da página “Ocupa Golfe” da rede social Facebook. Disponível em https://www.facebook.com/ocupagolfe/info/?tab=page_info consultado em 27/05/2016.

¹⁵ Decreto 10.754, de 12/12/1991.

¹⁶ Empreendimento imobiliário já conhecido como Pontal Oceânico, a cargo das construtoras Calçada, Calper, Gafisa, Even e R.J.Z Cyrela.

¹⁷ <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/12/vila-para-imprensa-nos-jogos-de-2016-fica-em-area-com-risco-de-inundacao.html> (Outubro, 2015).

¹⁸ <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/62739/vila-de-imprensa-das-olimpiadas-de-2016-sera-construida-em-terreno-sujeito-a-inundacoes> (Outubro, 2015).

desocupado e infraestruturado que será negociado com construtoras para novos condomínios na região, já sobrecarregada, da Lagoa de Jacarepaguá.

3. CONCLUSÃO

Esse levantamento preliminar esclarece a relação intrínseca entre a especulação imobiliária e os grandes eventos. Se em parte não há dúvidas de que a construção civil é uma atividade capaz de aquecer o mercado, e que protegeu a cidade de uma crise de maiores proporções, especialmente durante a crise do mercado americano em 2008, por outro, ela se impõe covardemente sobre os interesses da comunidade. Equipamentos construídos para os Jogos de 2007 foram descartados por novas regras olímpicas que interessam às empresas construtoras e fornecedores internacionais de material para construções esportivas.

Quando isso implica em modernização do equipamento anterior, como no caso do Maracanã, em que o bem foi em parte descaracterizado, ao menos salva-se parte de sua estrutura histórica. Mas há o problema da substituição. Nestes casos, a comunidade do entorno se vê privada do equipamento, além de ser vítima da gentrificação que acompanha a repentina mudança de usos.

A urgência na realização das obras atropela seu trâmite transparente e o debate em torno das mudanças, as questões patrimoniais não são efetivamente consideradas e acabam sendo largamente desrespeitadas, e a população não é consultada. A única forma de participação torna-se a manifestação pública, que muitas vezes, ao ser reprimida, gera ações violentas, desviando-se da questão em si e favorecendo ainda mais a atitude autoritária na descaracterização do patrimônio.

O grande legado dos grandes eventos no Rio de Janeiro é a mobilização da sociedade civil pela manutenção de seu patrimônio. Parece claro que em momentos de grandes transformações urbanas, o patrimônio edificado funciona como âncora e memória, fragmentos aos quais a população se apega para manter ou construir a sua identidade diante da sanha arrebatadora da mercantilização do espaço da cidade. “*Se as coisas mudam muito rapidamente, a história se torna impossível. O homem necessita de um sistema relativamente estável de lugares, para desenvolver sua vida social e sua cultura.*” (Norberg-Schulz, 1979, 436). O vínculo entre identidade, cidadania e memória, tão almejado pela educação patrimonial, parece aflorar de forma autônoma quando o espaço comum da cidade é ameaçado em sua integridade física e simbólica.

Aos órgãos de Patrimônio cabe aliar-se aos movimentos da sociedade civil em duas frentes principais: a primeira, seus métodos de divulgação, comunicação e pressão. Hoje, não é difícil

a uma entidade coletiva requisitar audiências e propor projetos de lei. A sociedade parece ter-se apropriado dos trâmites, podendo ser grande aliada dos órgãos patrimoniais. É preciso também que os acervos oficiais façam uma coleta nas redes virtuais de toda a documentação iconográfica compartilhada no paroxismo das obras, e que provavelmente passou ao largo dos registros oficiais.

Esse trabalho, assim como as obras e o legado patrimonial do Rio pós-olímpico, ainda permanece inacabado.

BIBLIOGRAFIA

Bastos, Maria Alice Junqueira. *Pós-Brasília: Rumos da arquitetura brasileira*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2003. Bias, Mauro de. “Apagando o Passado”. *Revista de História*, ago 2012. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/borracha-e-trator-na-historia>>, acesso em Outubro de 2015.

Brito, Guilherme. “Ouro e Jóias estão entre achados arqueológicos na obra do Porto do Rio”. *O Globo*, 10/02/2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/01/ouro-e-joias-estao-entre-achados-arqueologicos-na-obra-do-porto-do-rj.html>>, acesso em 27/05/2016.

Candida, S., Lima, L., Bertolucci, R. “Histórias do Engenho de Dentro: antigas oficinas de trem vão ganhar vida nova”. *O Globo*, jun 2014. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/design-rio/historias-do-engenho-de-dentro-antigas-oficinas-de-trem-vao-ganhar-vida-nova-12962002#ixzz3pEq8xQNB>>, acesso em Outubro de 2015.

Choay, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. 4ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro. *Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Jun 2014. Disponível em <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf>, acesso em Outubro de 2015. Atualização disponível em <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/11/ancop_dossie2014_web.pdf>

Dias, Vera. “Os chafarizes que desapareceram na Cidade do Rio de Janeiro”. In *As Histórias dos Monumentos do Rio*. Out 2013. Disponível em <<http://ashistoriasdosmonumentosdoriorio.blogspot.com.br/search?q=largo+do+moura>>, acesso em Outubro de 2015

“Estádio Célio de Barros pode reabrir em 2017”. *O Globo*. <<http://oglobo.globo.com/esportes/estadio-celio-de-barros-pode-reabrir-em-2017-15502782>>, acesso em outubro de 2015.

Girão, Claudia. “Preservação do Maracanã”. Texto base da Informação IPHAN-RJ/DITEC n.100/2011. Disponível em <<http://xa.yimg.com/kq/groups/19402217/494445566/name/Preserva%C3%A7%C3%A3o+do+Maracan%C3%A3.pdf>> consultado em 27/05/2016.

_____. “Maracanã: destruir ou preservar”. *Vitruvius*, ano12, fev de 2012. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/12.133/4225>>, acesso em Outubro de 2015.

GloboEsporte.com. Estádio de Remo está pronto para um dos testes mais importantes para 2016. Disponível em <<http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2015/08/estadio-de-remo-esta-pronto-para-um-dos-testes-mais-importantes-para-2016.html#esporte-remo>>, acesso em Outubro de 2015.

“Justiça Federal autoriza demolição da marquise do Maracanã”. *Portal G1*. 09/08/2011. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/08/justica-federal-autoriza-demolicao-de-marquise-do-maracana.html>>, acesso em 27/05/2016.

Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

Mascelani, Angela. “A Casa do Pontal e suas coleções de arte popular brasileira”. *Portal do Museu do Pontal*. Disponível em <<http://www.museucasadopontal.com.br/sites/default/files/artigos/pdf/Artigo%201%20%20Angela%20Mascelani.pdf>> , acesso em Agosto de 2015

Nogueira, Claudio. “Estádio Célio de Barros pode reabrir em 2017”. *O Globo online*. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/esportes/estadio-celio-de-barros-pode-reabrir-em-2017-15502782#ixzz3pQJq44NO>>, acesso em Outubro de 2015.

Norberg-Schulz, Christian. *El Significado em la Arquitectura Occidental*. Buenos Aires, Summa, 1979.

Portal GloboEsporte. Instalações Olímpicas para 2016. Disponível em <<http://app.globoesporte.globo.com/olimpiadas/instalacoes-olimpicas/estadio-da-lagoa.html>>, acesso em Outubro de 2015

Portal oficial do governo federal sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 <<http://www.brasil2016.gov.br/>>, acesso em Outubro de 2015

Portal oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 <<http://www.rio2016.com>>, acesso em Outubro de 2015

Portal oficial Rio Cidade Olímpica <<http://www.cidadeolimpica.com.br>> , acesso em Outubro de 2015

Rabello, Sonia. Blog pessoal <<http://www.soniarabello.com.br>>, acesso em Agosto de 2015

Site ‘Rio de Janeiro Aqui’, disponível em <<http://www.riodejaneiroaqui.com/olimpiadas2016/mapa-olimpico-2016.html>>, acesso em Outubro de 2015

Simas, Luiz Antonio. “A Memória Demolida” in: *Histórias Brasileiras*. 3/12/2012. Disponível em: <<http://hisbrasileiras.blogspot.com.br/2012/12/memoria-demolida.html>> consultado em 27/05/2016.